



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 12 /2001

**Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural de Campos Altos. Atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Campos Altos e dá outras providências.**

O Povo do Município de Campos Altos, por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º:** Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no município que, dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público em sua preservação;

**Artigo 2º:** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Campos Altos, órgão de assessoria à Prefeitura Municipal, com atribuições específicas de zelar pela preservação do Patrimônio Cultural do município;

**Artigo 3º:** A Prefeitura terá Livro de Tombo para a inscrição dos bens a que se refere o artigo 1º, cujo tombamento será aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e homologado pelo Executivo Municipal.

**Parágrafo Único:** O Tombamento em esfera municipal dos bens compreendidos no artigo só poderá ser cancelado por unanimidade do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, desde que haja relevante interesse público.

**Artigo 4º:** As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia e expressa autorização especial do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da obra;

Redigido em \_\_\_\_\_  
Prelato Lei N.º \_\_\_\_\_

Aprovado em 14 / 03 / 2001.  
Projeto Lei N.º 13 / 2001





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**Artigo 5º:** Sem prévia autorização do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra irregular ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto;

**Artigo 6º:** As penas previstas nos artigos 4º e 5º serão aplicadas pela Prefeitura, sem prejuízo da ação penal correspondente;

**Artigo 7º:** Os bens compreendidos na proteção da presente lei ficam isentos do Imposto Predial e Territorial urbano, enquanto o proprietário zelar por sua conservação;

**Parágrafo Único:** O benefício da isenção será renovado anualmente, mediante requerimento do interessado.

**Artigo 8º:** A alienação onerosa de bens tombados, na forma desta Lei, fica sujeita ao direito de preferência a ser exercido pela Prefeitura Municipal, na conformidade das disposições específicas do Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, sobre o mesmo direito.

**Artigo 9º:** O Prefeito Municipal no prazo de 90 dias contados da publicação desta Lei, a regulamentará por Decreto, definindo sua composição, garantida a participação de um membro do Legislativo Municipal.

**Artigo 10:** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., 15 de Março de 2001.

EZEQUIEL JOSÉ PEREIRA  
Prefeito Municipal

Sebastião Lemos de Andrade  
PRESIDENTE